



especial Cidadania

Apadrinhamento afetivo, saída para as dificuldades da adoção

Mais de 30 mil crianças vivem em abrigos no país, das quais apenas 4 mil estão em condições de serem adotadas. Uma alternativa para enfrentar o problema é o apadrinhamento afetivo. A

Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas de Adoção e da Convivência Familiar e Comunitária, lançada na semana passada, defendeu esse modelo de ação, já adotado em alguns estados. **8**



Marcelo Crivella (E) discursa na sessão em homenagem à Sociedade Bíblica

Plenário homenageia Sociedade Bíblica pelo trabalho de 63 anos

A marca de 100 milhões de Bíblias impressas em 63 anos de existência da Sociedade Bíblica do Brasil foi exaltada ontem em Plenário. O autor da proposta de homenagem, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), desta-

cou que a distribuição do livro sagrado para todos os cristãos, independentemente de igreja, fortalece os valores éticos e morais. Vinte e três milhões de exemplares da Bíblia foram distribuídas em 105 países. **6**

Debate sugere CPI sobre cartel de combustíveis

Preços elevados e cartel, adulteração dos produtos e fraudes fiscais são denunciados em audiência pública na CDH

Denúncias de combinação dos preços, adulteração dos combustíveis, fraudes fiscais e desrespeito aos direitos dos trabalhadores levaram os participantes de debate promovido ontem pelo Se-

nado a defender a realização de CPI para investigar o setor. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discute a regulamentação da área, inclusive das atividades dos frentistas. **5**



Representantes de donos de postos, frentistas e sindicatos participaram de debate coordenado por Paim (3º à esq.)

Vanessa relata decisões de assembleia da OIT **4**

Lídice aponta descaso com semiárido nordestino **7**

Comissão debate hoje reforma administrativa **2**

MP perto de vencer pode não ser lida no Senado **3**

Copa de 2014: depois de várias tentativas de implosão do estádio Mané Garrincha, em Brasília, arquibancada começa a ser demolida



Sarney é contra sigilo nas licitações para Copa de 2014

O presidente do Senado disse acreditar que a Casa vai derrubar artigo que prevê o sigilo e restabelecer texto original da MP sobre obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas em 2016, que tramita na Câmara. **3**

Se aprovado pela subcomissão, o novo texto vai à CCJ e ao Plenário. A proposta original do relator foi modificada com base em sugestões de senadores e técnicos da Casa

Subcomissão vota hoje reforma administrativa

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Reforma Administrativa analisa hoje, às 18h30, o projeto de resolução (PRS 96/09) que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou substitutivo na semana passada e destacou que o trabalho foi feito com base nas contribuições recebidas de senadores e técnicos do Senado e de outras instituições. Segundo ele, o relatório buscou priorizar a atividade-fim da Casa.

– Todo o esforço foi empreendido na construção de um ambiente de convergência – disse.

Pelo relatório de Ferraço, o número de funções comissionadas no Senado passa a ser de

1.129. Comparativamente ao seu relatório inicial, houve um acréscimo de 215 funções comissionadas. O número representa pouco mais da metade das 2.072 funções comissionadas que o Senado tem hoje.

O senador afirma em seu parecer que considera necessários uma maior coordenação e um maior controle dos órgãos da Casa para assuntos de natureza administrativa, orçamentária e funcional.

Para isso, propôs que todas as decisões sobre esses temas sejam tomadas por um colegiado, cujo presidente seria o 1º secretário da Casa.

De acordo com o relatório, os gabinetes dos senadores poderão ter até 55 funcionários

comissionados. Atualmente, esse número é de 79.

Benedito de Lira (PP-AL) cumprimentou o relator pelo trabalho “penoso”. Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da subcomissão, destacou o trabalho, que exigiu várias reuniões e análise de sugestões de técnicos do Senado e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), autora de um estudo sobre a reforma administrativa.

Se o relatório for aprovado pela subcomissão hoje, o texto seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, do Plenário.

– Temos ainda um longo caminho pela frente – declarou Ferraço.



Felipe Barral/Senado Federal

Madeira de demolição, faixas de rua fora de uso, metal reciclado e pedaços de azulejos são alguns dos materiais transformados em arte na exposição *Eu e o Meio Ambiente*, inaugurada ontem no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima e no Senado Galeria. A mostra, que reúne quadros e esculturas de 21 artistas, é iniciativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e encerra a programação pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho.

O senador Paulo Davim (PV-RN), que representou o presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), na abertura da exposição, disse que ela “ensina a preservar a natureza, transformando lixo em belas obras de arte.”

Compareceram à inauguração da mostra os artistas brasileiros Marcelino Cruz, Cláudia Verônica e Elsie Moriani, e a chinesa Isabela Wu. A exposição pode ser visitada até 2 de julho.



Moneira Maniz/Senado Federal

Eduardo Suplicy (E) preside a subcomissão criada para propor a reforma da estrutura administrativa do Senado. Ricardo Ferraço, relator, ressaltou o esforço para construir um ambiente de convergência

Mozarildo espera cassação do governador de RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ontem confiante de que o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior

(PSDB), terá o mandato cassado definitivamente. Hoje, pode ser votado o recurso do governador contra decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que cassou seu mandato em fevereiro. Ele permanece no cargo por força de liminar.

Anchieta Júnior assumiu o cargo em 2007, após a morte do governador Ottomar Pinto. Nas eleições de 2010, foi o segundo colocado no primeiro turno e derrotou Neudo Campos no segundo turno. A condenação pelo TRE ocorreu em razão de uso de veículo de comunicação do governo na campanha eleitoral.

– O TRE de Roraima cassou

o governador claramente por abuso, por uma conduta vedada pela lei, de usar o veículo oficial de comunicação, a Rádio Roraima, para fazer campanha política 24 horas por dia em favor do governador – lembrou o parlamentar.

A liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permite a Anchieta permanecer no cargo até a decisão final. Na tarde da última sexta-feira, o recurso apresentado pela defesa do governador seria julgado pelo TRE, mas dois juízes recém-empossados pediram vista do processo. Há expectativa de que o recurso volte a ser analisado hoje.



Gerardo Miguero/Senado Federal

Mozarildo: governador usou rádio oficial para fazer campanha política

Cícero Lucena acusa governo paraibano de descumprir LRF

O governo da Paraíba não cumpre a Lei Complementar 131/09, que modificou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para determinar a publicação, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A acusação foi feita pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que pediu ao governo estadual a publicação imediata, em meio digital, da íntegra do *Diário Oficial* do estado da Paraíba. Segundo Lucena, a edição do

diário de 20 de maio teve 24 páginas, mas só 8 foram divulgadas na internet.

– E sabe o que não foi disponibilizado? Exatamente as páginas em que constam: o aviso de realização de licitação, a convocação de pregão presencial, a dispensa de licitações, os termos de homologação, os extratos e aditivos de contrato, a notificação dos contratados, entre outros. Para não dizer que pode ter sido um engano, todo mês de maio foi dessa forma. Eu também trouxe a versão do dia 21, com 20 páginas (a publicada), e



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador cobra publicação imediata das íntegras do *Diário Oficial* da Paraíba disponibilizadas *on-line* apenas seis páginas – acrescentou.

O senador pediu apuração da situação por parte dos tribunais de contas e do Ministério Público.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem aos 16 anos da Rede Vida

14h A hora do expediente da sessão deliberativa ordinária será destinada a homenagear a Rede Vida de Televisão pelos seus 16 anos de fundação.

Presidência Agenda com seis compromissos

11h O presidente do Senado, José Sarney, recebe a visita de Antonio Miranda, diretor da Biblioteca Nacional de Brasília; às 11h30, da professora Walda de Andrade Antunes, do Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação (Ipece); às 14h, homenagem em Plenário aos 16 anos da Rede Vida de Televisão. Às 15h30, audiência com o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Salomão Ribas Junior; o presidente do Instituto Rui Barbosa, Severiano Costandrade Aguiar; e o presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, desembargador Luiz Eduardo Rabello. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário; e às 20h, comparece a um churrasco oferecido pela bancada do Paraná.

CAS Subcomissão debate trabalho de ferroviários

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais se reúne em audiência pública para debater o trabalho nas empresas ferroviárias. Entre os convidados, o diretor executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro, Jorge Moura, e o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Hélio Regato de Andrade.

CAE Adesão ao Simples Nacional

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa pauta com 18 itens, entre os quais o projeto que altera a Lei Complementar 123/06, para permitir a adesão de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não alcoólicas ao Simples Nacional. Também em pauta proposta que isenta de vários tributos os equipamentos hospitalares importados e sem similar nacional.

CCJ Indicações para o CNJ

10h A Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania vota hoje indicação de advogados e juizes para o Conselho Nacional de Justiça.

CE Seguro-desemprego para artistas

11h Comissão de Educação analisa vários projetos de lei, entre os quais o que estabelece seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.

CDR Espaços urbano e rural

14h Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discute diversas proposições, entre elas a que altera o Estatuto da Cidade para incluir critérios de classificação dos espaços urbano e rural.

Subcomissão Reforma administrativa do Senado

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa analisa alterações no Regulamento Administrativo do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Divulgação



Canteiro de obras no Maracanã, no Rio de Janeiro: preparação do principal palco da Copa de 2014

Presidente do Senado é contra sigilo nas licitações para Copa do Mundo de 2014

O artigo incluído na MP 527/11 que permite ao governo federal manter em sigilo os orçamentos da União, estados e municípios para as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 não deve ser aprovado pelos senadores, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney. Ele acredita que o artigo será derrubado e o texto original restabelecido.

A MP foi aprovada pela Câmara na semana passada, faltando ainda a votação cinco destaques, o que deve ocorrer no dia 28. Só então a matéria será enviada ao Senado.

– Devemos encontrar uma maneira de retirar esse artigo da medida provisória, uma vez que ele dá margem, inevitavelmente, a que se levantem muitas dúvidas sobre os orçamentos da Copa. Não vejo nenhum motivo para que se possa retirar a Copa das normas gerais que têm todas as despesas da administração pública – disse Sarney.

O texto original trata da criação da Secretaria de Aviação Civil. O regime diferenciado de contratações públicas (RDC), com regras específicas para licitações de obras e serviços relacionados à Copa das Confederações (2013), à Copa do Mundo e às Olimpíadas e Paraolimpíadas, foi incluído pela Câmara. Desde maio, o governo tenta votar a flexibilização da Lei de Licitações, que chegou a ser incluída em quatro MPs – 489, 503, 510 e 521 – e depois retirada.

– Recebi do presidente da Câmara a notícia de que avançou bastante entre as lideranças da Casa a ideia de encontrarmos uma solução para esse problema das MPs que chegam com o prazo vencido – assinalou.

Sarney cobra aprovação da emenda que muda a tramitação das MPs

Presidente adverte que o Senado pode deixar de examinar as medidas provisórias que chegarem para análise perto do vencimento

SE A PROPOSTA de emenda à Constituição que altera a tramitação das medidas provisórias (PEC 11/11) não for aprovada pelo Congresso Nacional, o Senado poderá deixar de examinar as MPs que chegarem para análise apenas dez dias antes do seu prazo de vencimento, afirmou ontem o presidente da Casa, José Sarney.

A leitura da medida provisória em Plenário, pelo presidente do Senado ou pelo senador que estiver dirigindo a sessão, é o primeiro passo para que ela possa ser analisada e votada na Casa.

– Se nós não chegarmos a uma conclusão, eu não lerei nenhuma MP que chegar ao Senado dez dias antes de seu vencimento – afirmou ele.

No entanto, Sarney disse acreditar em acordo para aprovação da matéria na Câmara dos Deputados.

– Recebi do presidente da Câmara a notícia de que avançou bastante entre as lideranças da Casa a ideia de encontrarmos uma solução para esse problema das MPs que chegam com o prazo vencido – assinalou.

Na avaliação de Sarney, ainda não é possível dizer quando a PEC poderia entrar em vigor, mas o senador voltou a defender a rápida tramitação da proposta, “sob pena de o Senado ter que tomar uma atitude”.

Após receber emendas no Plenário, a PEC 11/11, de autoria de Sarney, voltou a



Jane Araújo/Senado Federal

José Sarney voltou a defender a rápida tramitação da proposta de emenda à Constituição

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão já havia aprovado o substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que fez várias modificações.

Caso o texto seja aprovado, a Câmara passará a ter 50 dias para votar uma MP e o Senado, 45. Hoje não há prazo específico para cada Casa: ambas têm, juntas, até 120 dias para analisar cada medida provisória e, com frequência, o Senado fica com um prazo muito curto.

MP que eleva capacidade do BNDES para conceder empréstimos tranca a pauta

A MP 526/11, que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 55 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tranca a pauta do Plenário e deve ser votada pelo Senado até o dia 1º de julho. Caso contrário, perderá a validade.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 16/11), a MP também amplia os recursos totais destinados aos financiamentos do BNDES para R\$ 75 bilhões, nas operações contratadas até 30 de junho de 2012. Como informa o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na mensagem enviada ao Congresso, o limite global para as subvenções do banco passa

para R\$ 209 bilhões.

Quanto ao crédito de R\$ 55 bilhões, é destinado a assegurar a maior parte dos desembolsos do banco em 2011 e poderá ser feito com emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal.

Os empréstimos destinam-se à aquisição de produção de bens de capital – incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados –, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos e a projetos de engenharia e inovação tecnológica. O volume de financiamentos subvencionados pela União é de R\$ 208 bilhões.

Principais pontos da MP 526/11

- ▶ Autoriza a União a conceder **crédito** de até R\$ 55 bilhões ao banco e amplia os recursos totais destinados aos financiamentos do BNDES contratados até 30 de junho de 2012 para R\$ 75 bilhões.
- ▶ Destina R\$ 1 bilhão para operações destinadas exclusivamente à **inovação tecnológica** junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).
- ▶ Estende de 31 de dezembro de 2011 para 30 de junho de 2012 o prazo para as **operações de financiamento** do BNDES.
- ▶ Inclui nos financiamentos as estruturas para exportação de **grãos líquidos**.
- ▶ Define que o BNDES deve encaminhar ao Congresso, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, **relatório pormenorizado** sobre as operações contratadas, indicando a quantidade e o valor das operações realizadas.
- ▶ Prorroga, por mais um ano, o mecanismo conhecido como **drawback** (regime aduaneiro especial que suspende ou elimina os tributos sobre insumos importados para utilização em produto exportado) para contratos que vencem este ano.
- ▶ Estabelece que **Santas Casas e hospitais** sem fins lucrativos deverão apresentar comprovação anual de prestação de serviços para ter direito a isenção do pagamento de contribuições sociais.
- ▶ Concede subvenção econômica ao BNDES nas operações destinadas a produtores rurais de municípios atingidos por **desastres naturais**.
- ▶ Suspende, até 30 de junho de 2012, as exigências de **regularidade fiscal** de tributos federais no caso de empréstimos ou renegociações de dívidas com instituições financeiras públicas.
- ▶ Permite a troca, até dezembro de 2011, dos **Certificados Financeiros do Tesouro** (CFTs), em posse dos governos estaduais e vinculados a fundos ou caixas de previdência estaduais, por outros. Essa troca já foi autorizada outras três vezes, em 2003, 2007 e 2008.



“Se a miséria não é reparada, a vulnerabilidade se recria”, diz Geovani sobre obras para a Copa

Geovani pede inclusão de investimentos que atinjam a área social

“Mais do que obras e empreendimentos, é fundamental que os investimentos para o Brasil sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 atinjam também a área social”, defendeu Geovani Borges (PMDB-AP). O senador citou o trabalho das unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, que, no domingo, ocuparam mais um morro na cidade, o da Mangueira. Para ele, esse trabalho é fundamental, mas não suficiente.

– A atuação das forças policiais merece todos os elogios. Há verdadeiros atos de bravura, de coragem, de serviço à pátria. Mas agora é hora de investimento social. Não pode o morro contentar-se com a pacificação, porque, se a miséria não é reparada, a vulnerabilidade se recria. Não pode ter lixo por toda a parte, rede elétrica com a fiação solta, escolas precárias, ausência de cursos profissionalizantes acessíveis aos jovens. São necessários projetos culturais, incentivos à música e às artes em geral, ao esporte, urbanização e saneamento – pediu, enfatizando que o apelo vale para todo o país e não apenas para o Rio de Janeiro.

Geovani disse que a frase proferida por uma moradora do Rio de Janeiro – “Nós queremos crescer em tudo” – deveria ser o *slogan* de uma “verdadeira campanha de estímulo e respeito ao povo brasileiro”.



Para o senador do PSDB, cabe uma atitude mais vigorosa do presidente Sarney, devolvendo a MP

Alvaro Dias diz que é a “institucionalização do roubo em segredo”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem, em discurso, que o Senado devolva ao Executivo a MP 527/11, por causa das emendas apresentadas na Câmara. Ele comentou a posição do presidente Sarney de trabalhar por rejeitar este dispositivo.

– Não basta. Acho que cabe ao presidente Sarney uma postura mais vigorosa: devolver essa medida provisória ao Poder Executivo – sugeriu.

O senador lembrou que já houve manifestações do Ministério Público e do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, contrárias ao regime diferenciado. Para Alvaro Dias, a MP é inconstitucional e o sigilo favorece desvios.

– Trata-se da institucionalização do roubo em segredo. Trata-se, se desejarem a utilização de outro termo que expresse a indignação, da oficialização da rapinagem em segredo – acusou.

Alvaro Dias também defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Saúde. Para isso, o senador apresentou dados fornecidos pela Receita Federal sobre resultados da CPI do Futebol, que funcionou em 2000 e 2001, sob sua presidência. Segundo ele, os dados mostram que os procedimentos realizados em decorrência da CPI resultaram na recuperação de mais de R\$ 129 milhões pela União.

Participante da 100ª assembleia da Organização Internacional do Trabalho, senadora relata os três pontos que considerou mais importantes para “os povos do mundo”

Vanessa elogia decisão da OIT pró trabalhador doméstico

A SENADORA VANESSA Grazziotin (PCdoB-AM) destacou ontem os três itens que considerou mais importantes na 100ª assembleia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 1º a 18 de junho, da qual ela participou: expansão dos direitos para os trabalhadores domésticos, administração e inspeção do trabalho e seguridade social, “não só dos trabalhadores, mas dos povos do mundo inteiro”.

Na reunião, disse a senadora, reconheceu-se a necessidade de universalizar a proteção social a todos e se discutiu os avanços da proteção nos países para além dos trabalhadores, segundo debate que vinha desde 2008, salientou. Também se mencionou o alto grau de informalidade que impera nas relações de trabalho atualmente e até se discutiu a formalização, em todos os países, de um piso salarial.

Essa necessidade de garantir seguridade social aos povos atua em vários aspectos, de acordo com Vanessa. Não apenas o ar-



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa exalta o compromisso da OIT com a distribuição da riqueza

tigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que a proteção social é um direito de todos, mas também a Constituição estabelece que a seguridade social é um direito social, não só do trabalhador.

Ela também afirmou que a seguridade social é uma necessidade para todos os trabalhadores, pois muitos não dispõem de qualquer tipo de segurança ou

proteção por parte dos Estados.

Por fim, disse que hoje está muito claro que a seguridade social é uma necessidade econômica. Países que enfrentam crises conseguem sair mais rapidamente delas quando existe uma política mais forte de inclusão social e de distribuição de renda, como ocorreu com o Brasil, exemplificou, que tem de 58% a 60% de sua população economicamente ativa em um trabalho formal.

Ela elogiou o Brasil, que, nos últimos anos, levou mais de 30 milhões de pessoas à classe média e que vem diminuindo a pobreza absoluta. Na opinião de Vanessa Grazziotin, isso é importante porque, aliado ao crescimento econômico, vem o desenvolvimento social e o processo de inclusão.

– O que nós queremos não é enriquecer poucos. Nós queremos gerar riqueza para que essa riqueza seja distribuída, e a OIT é, talvez, um dos organismos mais fantásticos da ONU porque tem isso como noção primeira – declarou.



Agência MPT

Assembleia da OIT: expansão dos direitos para os empregados domésticos, inspeção do trabalho e seguridade social

Santiago destaca o Minha Casa, Minha Vida 2



Waldemir Barreto/Senado Federal

Wilson Santiago (PMDB-PB) parabenizou ontem da tribuna a presidente Dilma Rousseff e o Congresso Nacional pelo programa Minha Casa, Minha Vida 2, lançado pelo governo na semana passada. Ele elogiou a iniciativa da presidente de dar continuidade ao programa, estendendo o

benefício aos trabalhadores rurais.

O senador lembrou a primeira etapa do programa, criado junto com outras iniciativas, como o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em um pacote de medidas provisórias e projetos enviado ao Congresso Nacional em 2007 pelo então presidente Lula.

Wilson Santiago disse que, na época, como deputado, foi relator de uma das propostas – a que previa o uso do dinheiro do FGTS em ações de infraestrutura. Na proposta, ele incluiu uma emenda determinando que os recursos do FGTS fossem usados não apenas para infraestrutura, mas também em projetos habitacionais. De acordo com o senador, sua emenda ajudou a assegurar verba para que o Minha Casa, Minha Vida pudesse ser lançado e mantido pelo governo nos últimos anos.

Pinheiro celebra melhora na classificação de risco



Moreira Mariz/Senado Federal

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou, em Plenário, o aumento da cotação do grau de avaliação do Brasil, anunciada ontem pela agência de classificação de risco Moody's. O parlamentar comparou a melhora constante da situação econômica com o baixo crescimento da economia americana e japonesa e a crise da dívida dos países europeus.

Pinheiro afirmou que o Brasil, antes considerado país de risco para o capital internacional, agora é considerado “um lugar seguro para investidores”. O senador disse que a agência atribuiu a melhora de sua avaliação ao sucesso da política econômica, “que conteve o avanço da inflação sem abandonar a trajetória de crescimento sustentado”.

O senador lembrou que o boletim *Focus* do Banco Central indicou queda da inflação pela sétima semana consecutiva. Ao mesmo tempo, a expectativa de crescimento continua positiva, numa faixa acima de 4%. Para Walter Pinheiro, “a elevação da nota brasileira não é uma coisa isolada, mas vem no bojo das conquistas sociais e econômicas das últimas décadas”.

Debate sobre sigilo coloca Brasil em situação delicada, diz Simon

O Brasil está numa “situação delicada”, pois o mundo observa atentamente a tramitação no Senado do PLC 41/10, que estabelece um prazo máximo de 50 anos para o sigilo de documentos secretos do governo federal. A opinião é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem é repentina e sem motivo a defesa do sigilo permanente dos documentos em lugar do limite introduzido durante a tramitação do projeto na Câmara.

– Qual é o fato novo para que, de repente, o projeto que passou tranquilo na Câmara esteja passando por uma movimentação no sentido de que não pode passar no Senado? Eu não consigo entender – afirmou.

Simon citou reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, sobre a atuação da Igreja Católica nos chamados anos de chumbo da ditadura militar e a luta secreta do cardeal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador estranha defesa do sigilo eterno de documentos oficiais

dom Evaristo Arns para tentar salvar presos torturados que caíam nas mãos do regime. O jornal teve acesso a milhares de documentos guardados há décadas pelo Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. Os senadores João Pedro (PT-AM) e Walter Pinheiro (PT-BA) declararam apoio ao acesso à informação.

Dornelles sugere atenção às despesas do governo com juros

Ao analisar o resultado das contas públicas do primeiro trimestre do ano, Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que se pode dizer que o início do governo da presidente Dilma Rousseff foi marcado pela contenção de gastos. Porém, o senador também chamou a atenção para a necessidade de se repensar as políticas fiscal, monetária e creditícia, já que, de acordo com os números, a taxa Selic tem sido um instrumento de aumento de despesas.

– As despesas com juros têm tido um impacto negativo nas contas públicas. É preciso encontrar uma nova combinação de medidas – disse, apontando para os juros reais no Brasil, que seguem como os maiores do mundo.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Dornelles: governo precisa dar solução para despesas com juros

Para Francisco Dornelles, o governo cumpriu seu dever de casa em relação ao superávit primário, mas não fez o mesmo em relação às despesas com juros, daí o déficit nominal registrado.

Ataídes quer aeroporto de Palmas como conexão para cargas

Ataídes Oliveira (PSDB-TO), manifestou, em discurso, sua preocupação com a situação dos aeroportos brasileiros, “que estão estrangulados”. Além de investimento em infraestrutura, ele sugeriu, como uma das alternativas para desafogar o tráfego, que o aeroporto de Palmas (TO) se torne um centro de conexão de tráfego aéreo de cargas.

– Diante da sua localização estratégica, é possível, ou melhor, é desejável transformá-lo em um aeroporto *hub* do sistema aéreo nacional, como se diz no jargão do setor.

Para Ataídes, as mudanças nas últimas décadas, como o crescimento da fronteira agrícola que atraiu muitos investidores privados, estão realinhando o eixo econômico das regiões Sul e Sudeste para as fronteiras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por outro lado, ob-



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ataídes de Oliveira destaca a localização estratégica da cidade

servou, o poder público, em especial o governo federal, deixou de cumprir a sua parte ao não realizar obras de infraestrutura na dimensão necessária para dar conta dos anseios da economia, que está prosperando no centro-norte do país, e dos eventos que o país está para receber, como a Copa do Mundo de 2014.

Em audiência pública na CDH, maioria dos debatedores acredita que problemas mais graves do setor merecem ser investigados pelo Congresso

Debate avalia CPI para cartel dos combustíveis



José Alberto Gouveia (E), Luiz Arraes, senador Paulo Paim, José Augusto da Silva Filho, Ângelo Martins e Charles Guerreiro: denúncias contra o setor e críticas à ANP

Paim propõe estatuto para os frentistas

Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário, ontem, a regulamentação da profissão de frentista. Ele disse ter recebido denúncias dos frentistas sobre mistura de água à gasolina, “uma verdadeira roubalheira”.

O senador anunciou que as entidades sindicais da categoria irão apresentar a ele minuta propondo o Estatuto do Frentista. O parlamentar sugeriu realização de nova audiência pública entre os trabalhadores, a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para debater as condições de trabalho da categoria.

– Houve questionamento à ANP, e ao Haroldo Lima [presidente da agência]. Eu disse a eles que o Haroldo merece respeito e nunca vacilou na defesa do interesse brasileiro. Quero ajudar nesse encaminhamento. O importante é discutir com a Petrobras e a ANP a regulamentação do setor e a atuação dos postos de gasolina – disse.

Embaixadas

Paim também denunciou em Plenário a instabilidade vivida por funcionários de embaixadas e representações diplomáticas fora do país. São os chamados “contratos locais”, que geralmente são brasileiros. Esses funcionários – que são milhares, espalhados pelo mundo – viveriam em uma espécie de “limbo jurídico”, classificou Paim, porque não teriam direitos trabalhistas. É que, pelo Decreto 1.570/93, esses funcionários têm suas relações trabalhistas regidas pelas leis locais, o que, observou o senador, os têm prejudicado.

Regulamentação terá piso nacional para frentista

A minuta de projeto de lei para a regulamentação do mercado de combustíveis, que inclui piso salarial nacional para frentistas, será aprimorada pela Consultoria Legislativa do Senado e começará a tramitar como projeto de iniciativa popular, informou o presidente da CDH, senador Paulo Paim.

Além da fixação de um piso nacional para os frentistas, a regulamentação do setor

deve contemplar medidas de segurança no trabalho e cuidado ambiental, com tratamento de resíduos.

Para o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) José Augusto da Silva Filho, o projeto deve estabelecer critérios para a abertura e fechamento de postos de combustíveis, bem como os patamares de lucro para essas empresas. Na sua opinião,

combustível deve ser tratado do ponto de vista social.

Paulo Paim anunciou que vai apresentar requerimento para realização de audiência pública com o Ministério da Justiça, a Petrobras e a ANP, para esclarecer as denúncias dos representantes da categoria. Os participantes da audiência pública criticaram a ausência de representantes da ANP e da Petrobras, que haviam sido convidados.

Mercado de etanol agora é regulado pela ANP

A regulação do mercado de etanol – e os altos preços desse combustível – também foram discutidos na audiência. De acordo com a Medida Provisória 532/11, que o governo editou no final de abril, as atividades de regulamentação e fiscalização do setor são agora responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para que isso fosse possível, a MP passou a classificar o etanol como combustível, e não mais como produto agrícola. Essa matéria tramita na Câmara dos Deputados e ainda não foi analisada pelo Senado.

As mudanças foram defendidas na audiência da CDH por Rutelly Marques da Silva, secretário-adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Ele disse que existem falhas nesse mercado e, por isso, é necessário regulá-lo para que haja mais segurança quanto ao abastecimento de etanol. O problema seria a

sazonalidade característica da produção de cana-de-açúcar (matéria-prima do etanol), que faz com que “a produção seja toda despejada no mercado num determinado período do ano”.

– O objetivo agora é que a ANP busque mecanismos para evitar a concentração da oferta no tempo, evitando assim uma grande variação nos preços – disse Rutelly.

Mas o representante do Ministério da Fazenda afirmou que é preciso deixar claro quais são os objetivos da atividade de regulação e quais problemas se deseja enfrentar. Não se pode, afirmou ele, restringir a concorrência no setor, já que isso pode dar mais poder de mercado a determinadas empresas e prejudicar o consumidor.

Outro que defendeu a atuação da ANP como órgão regulador do mercado de etanol foi o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), Alí-

sio Vaz. Ao comentar a oferta do combustível, ele disse que “a produção de etanol não acompanhou o crescimento da economia e o crescimento da frota de veículos”, tanto que a produção deste ano e a do início de 2012 não serão suficientes para atender à demanda dos carros flex, que utilizam gasolina ou etanol como combustível.

Outro item da MP 532/11 destacado no debate foi o que permitiu a redução da mistura de etanol anidro à gasolina. Antes, o percentual mínimo era de 20%; agora, é de 18%. Já o percentual máximo continua sendo de 25%. O governo justificou a mudança argumentando que a elevação dos preços do etanol também tem impacto sobre os preços da gasolina.

Além do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), participaram também os senadores Ataides Oliveira (PSDB-TO) e Wilson Santiago (PMDB-PB). A Agência Nacional do Petróleo não enviou representante.

CARTEL NO SETOR de combustíveis, preços exorbitantes, adulteração dos produtos, fraudes fiscais e bombas desreguladas são alguns dos problemas que deveriam ser apurados por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), propôs o presidente do Movimento de Combate à Cartelização dos Combustíveis do Distrito Federal, Charles Guerreiro, em debate sobre a regulamentação do setor, ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Para Charles Guerreiro, uma CPI pode evitar que a sociedade fique sujeita à vontade dos empresários interessados apenas na obtenção de lucro. Ele afirmou que a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Secretaria de Direito Econômico e o Ministério Público são inoperantes, o que prejudica os consumidores e trabalhadores do setor. Para o debatedor, não há justificativa para o alto preço dos combustíveis praticados no Brasil, sétimo entre os mais caros do mundo. Ele informou que na Venezuela, que também é um país autossuficiente em petróleo, o preço do litro de gasolina é de R\$ 0,04.

– Existe uma caixa preta na Petrobras que precisa ser aberta – disse Guerreiro.

Também concordou com a instalação de uma CPI dos combustíveis o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, José Alberto Paiva Gouveia. Ele observou existirem bons empresários, prejudicados pela ação dos maus representantes da categoria. Em sua avaliação, os problemas do setor surgiram depois que o preço dos combustíveis e o salário dos frentistas deixaram de ser regulamentados pelo governo.

– Uma CPI realmente precisa acontecer, mas não pode ser iniciada atacando uma categoria – disse José Gouveia, ao observar que os empresários estão vulneráveis, uma vez que não há efetiva fiscalização das atividades por parte da ANP ou outros órgãos do Estado.

Oportunismo

Para o presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Luiz de Souza Arraes, a desregulamentação favoreceu o surgimento de empresários “oportunistas”, que visam ao lucro, sem compromisso com os funcionários, bem como de “bandidos, que utilizam a atividade para lavagem de dinheiro”.

Já na opinião do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Distribuidoras de Combustíveis, Ângelo Martins, a legislação em vigor já é suficiente para reger o setor, não sendo necessária uma CPI, mas fiscalização. Adulteração de combustíveis e outras práticas desonestas, ressaltou, “não é caso para CPI, mas para a polícia”.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti discursa na sessão, presidida e proposta por Marcelo Crivella (de gravata vermelha): reconhecimento a uma instituição sem fins lucrativos

Senado homenageia entidade pela impressão de 100 milhões de Bíblias

Sociedade Bíblica do Brasil, com 63 anos de existência, atinge este mês a marca de edição do livro sagrado para todos os cristãos. Vinte e três milhões das obras distribuídas se destinaram a 105 países dos cinco continentes

SBB também desenvolve ação na área social

Fundada por líderes cristãos em 1948, no Rio de Janeiro, a SBB é orientada pelo lema "Dar a Bíblia à Pátria". Assumiu primeiramente atividades relacionadas à tradução, produção e distribuição da Bíblia em todo o território brasileiro e depois em outros países. A entidade faz parte das Sociedades Bíblicas Unidas (SBU), uma aliança mundial criada no século 19 e que tem como finalidade facilitar a difusão do texto bíblico.

A SBB desenvolve também ações sociais, por meio de programas para diferentes segmentos da população, como estudantes, índios, presidiários, enfermos e deficientes visuais.

O PLENÁRIO REALIZOU na manhã de ontem sessão em homenagem ao 63º aniversário da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), que neste mês alcançou a marca de 100 milhões de Bíblias impressas desde sua fundação.

Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a difusão da Bíblia, o livro sagrado para os cristãos, independentemente da igreja a que pertençam, é a principal contribuição que se pode dar ao fortalecimento dos valores éticos e morais.

– Trata-se de singelo reconhecimento do Senado da República a essa instituição sem fins lucrativos, que se dedica, com diligência sacerdotal, à promoção e à difusão da Bíblia e de sua mensagem – disse o parlamentar carioca.

Propositor da homenagem, Crivella salientou que a importância da Bíblia vai além da influência nos campos espiritual e ético. Conforme assinalou, o livro é também um incentivo ao desenvolvimento humano nos

aspectos educacional, cultural e social. O próprio Ministério da Educação poderia, disse o senador, dar apoio à difusão do texto bíblico em programas de alfabetização de adultos, pois acredita que o "amor à fé e a Deus" é um estímulo para quem quer se educar.

– O livro que mais lemos e amamos é a Bíblia. Isso faz com que as pessoas queiram aprender palavras novas para compreender o sentido exato daquilo que leem – disse.

Para Santiago, atividade é de inspiração divina

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) observou que, dos 100 milhões de Bíblias produzidas pela SBB, 23 milhões se destinaram a 105 países dos diversos continentes. Para ele, os fundadores da SBB foram realmente inspirados pelo espírito de Deus na iniciativa de realizar o empreendimento e cumprir a mensagem de Jesus Cristo: "Ide e pregai o Evangelho a toda a criatura".

De formação católica, o senador Mozarildo Cavalcanti

(PTB-RR), que disse ter-se tornado com o tempo um cristão ecumênico, destacou o espírito de tolerância como uma das qualidades do brasileiro. Assim, manifestou o desejo de que a marca histórica alcançada pela SBB na impressão de Bíblias possa inspirar a todos os brasileiros, independentemente da religião, a apoiar a instituição sempre que possível.

Ao agradecer a homenagem, o presidente da SBB, o pastor Adail Carvalho Sandoval, disse

que a Bíblia foi um presente de Deus para a "edificação, transformação e felicidade espiritual do homem". Ele destacou que a entidade chegou aos 63 anos e à centésima milionésima Bíblia com um parque gráfico com mais de 400 empregados "que atuam com denodo e alma". O pastor Guilhermino Cunha, presidente da Academia Evangélica de Letras, saudou também os católicos, igualmente compradores de Bíblias impressas pela SBB, conforme destacou.

CE analisa seguro-desemprego para músico e artista

Músicos, artistas e técnicos em espetáculos de diversão podem ter o benefício do seguro-desemprego. Projeto com esse teor (PLS 211/10), apresentado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), consta da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Educação (CE), às 11h. O benefício será concedido por um prazo máximo de quatro meses, de forma contínua ou alternada.

Para receber o benefício, o profissional precisa comprovar ter trabalhado em atividades da área por, pelo menos, 30 dias nos 12 meses anteriores à data do pedido e não pode estar recebendo outro benefício previdenciário de prestação continuada ou auxílio-desemprego. É necessário ter feito os pagamentos à Previdência no período de trabalho.

Para Marisa Serrano, a categoria é uma das menos amparadas pela proteção social no país. O relator, Sérgio Petecão (PMN-AC), também ressalta em seu parecer favorável as dificuldades enfrentadas por músicos e artistas brasileiros.

"A imensa maioria desses trabalhadores obtém com dificuldade seus meios de sustento e se encontra desamparada na situação, por demais frequente, de desemprego", diz ele. A decisão terminativa caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Graziotin • Cícero Lucena • Mozarildo Cavalcanti • Ataide Oliveira

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Davim pede mais verbas para idosos

Paulo Davim (PV-RN) defendeu ontem mais investimentos públicos no atendimento de pessoas idosas. O senador, que é médico, afirmou que, dos R\$ 20 milhões destinados ao atendimento de idosos no Orçamento da União, foram apli-

cados apenas R\$ 6 milhões. – É preciso que o governo invista nessa área, não apenas construindo e mantendo asilos, mas também em cuidado domiciliar formal, em benefícios monetários para o cuidador familiar, na inclusão do cui-

dador familiar no sistema de seguridade social e na criação de hospitais-dia, uma política coordenada para garantir o bem-estar dos brasileiros em idade avançada – disse o parlamentar, que torce para o Programa de Atenção à Pessoa

Idosa do Ministério da Saúde dar bons resultados. Citando previsões feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador declarou que, em 2050, serão 172 idosos para cada 100 jovens no Brasil.

Assassinatos no campo serão debatidos na CDH

A violência no campo e os recentes assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais no Pará, Amazonas, Rondônia e Acre serão debatidos em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) amanhã, às 9h, por sugestão do senador Paulo Paim (PT-RS), que preside o colegiado.

Foram convidados para o debate o desembargador e ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Gercino José da Silva Filho; o secretário de Segurança Pública do Pará, Luiz Fernandes Rocha; o coordenador da Comissão Pastoral da Terra, padre Dirceu Fumagalli; e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch.

Também participarão da audiência pública o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; o coordenador-executivo da Terra de Direitos, Darci Frigo; e o coordenador-executivo das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Ronaldo dos Santos.

Mortes

Em abril, foram mortos em Pacajá (PA), Adão Ribeiro da Silva e Nildo (sobrenome desconhecido). Em 24 de maio, em Nova Ipixuna (PA), José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva. Três dias depois, em Vista Alegre do Abunã (RO), Adelino Ramos. No dia 28, em Nova Ipixuna (PA), o trabalhador rural Heronilton Pereira. Em 2 de junho, em Eldorado dos Carajás (PA), o agricultor Marcos Gomes. E, no dia 9, em Pacajá (PA), Obede Souza.

Lídice aponta falta de política pública para semiárido do NE

Para senadora, é preciso buscar soluções conjuntas com a comunidade, no sentido de explorar potenciais e oportunidades para melhorar a vida da população nordestina

A POBREZA NO semiárido nordestino, segundo Lídice da Mata (PSB-BA), não é apenas resultado da seca, mas também da falta de políticas públicas que considerem de forma efetiva as potencialidades econômicas da região. Só na Bahia, disse a senadora, são 2,7 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Ela mencionou estudos que analisam a pobreza do semiárido nordestino e citou registros históricos que demonstram como sucessivas políticas públicas praticadas pelo Estado brasileiro foram insuficientes e muitas vezes equivocadas, incapazes de desenvolver a região de modo eficaz.

– Nos dias de hoje, grande parte da população sobrevive da pecuária e da agricultura em pequenas propriedades desprovidas de meios efetivos à geração de produtos para a sua segurança alimentar, carecendo amplamente de programas



Lídice: quadro descrito por Euclides da Cunha “permanece tristemente atual”

de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família – observou.

Lídice da Mata registrou o estudo do professor Luiz Paulo Neiva, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), focado em Canudos (BA), segundo o qual os problemas históricos do semiárido estão relacionados ao crescimento regional desigual e a uma estrutura fundiária

perversa. O sertão, de acordo com o estudo, é o “espaço sócio-econômico mais problemático do Brasil”, marcado pela implementação de políticas inócuas.

A senadora lembrou a afirmação do escritor Euclides da Cunha, autor de *Os sertões*: “De sorte que, sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo”.

– Essa afirmação profética de Euclides da Cunha sobre o semiárido nordestino, por ele tão minuciosamente descrito em *Os Sertões*, permanece tristemente atual no Brasil de nossos dias – disse ela.

Para Lídice da Mata, que relatou as diversas tentativas, no século 20, de equacionar o problema da pobreza no semiárido nordestino, é preciso encontrar soluções conjuntas com a comunidade, buscando explorar potenciais e oportunidades e melhorar a vida da população.

Anibal: Acre dá exemplo com plantio de açaí

O senador Anibal Diniz (PT-AC) anunciou que, hoje, o governador do seu estado, Tião-



Anibal Diniz destaca lançamento do programa Florestas Plantadas

Viana (PT), lança o programa Florestas Plantadas, na cidade de Feijó, com o plantio de 500 mil mudas de açaí. A região já é produtora da fruta e realiza o Festival do Açaí.

Diniz explicou que o projeto pretende atingir 1 milhão de mudas de açaí e que a intenção é reduzir o desmatamento, ampliar e modernizar as agroindústrias existentes, saindo de uma produção de 24 mil toneladas para 2,7 milhões de toneladas em quatro anos. Com isso, serão gerados 2 mil empregos diretos

e indiretos, com investimentos de R\$ 4 milhões.

A discussão do Código Florestal deve levar em conta projetos de sustentabilidade ambiental, com alternativa economicamente viável, como a do plantio de açaí em Feijó, na opinião do senador.

Anibal Diniz afirma que é preciso levar esse debate a “um nível prático, menos discursivo, menos falado e mais mostrado”, de modo a potencializar práticas semelhantes às do governo do Acre.

Maldaner celebra avanço no cultivo de oliveiras em SC

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comemorou o sucesso inicial obtido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) na implantação do Projeto das Oliveiras.

Segundo o senador, em 2007 foi extraído o primeiro azeite de oliva extravirgem no estado, e testes realizados na Argentina confirmaram a excelente qualidade do produto. Em cerca de cinco anos, Santa Catarina deve iniciar a comercialização em larga escala desse azeite, disse. De acordo com Maldaner, o Brasil importa praticamente 100% do azeite de oliva que consome.



Waldemir Barreto/Senado Federal

João Pedro elogia Festival de Parintins

O senador João Pedro (PT-AM) convidou os senadores e servidores da Casa para assistirem, no próximo final de semana, ao Festival Folclórico de Parintins.

O grande atrativo da festa para os turistas, segundo João Pedro, é a possibilidade de participarem ativamente dos festejos, diferentemente do que ocorre no carnaval, onde somente os membros das escolas de samba podem desfilar na avenida.

– Todas as pessoas que estão assistindo à festa brincam, dançam e compõem a coreografia do espetáculo – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

SECS | SUPRES – Criação e Marketing



Lei de Adoção

“Essa lei veio para dar uma oportunidade para que crianças como Thiago tenham um futuro melhor.”

Gestrudes é servidora pública e adotou Thiago.

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Lei permite à criança ou adolescente sem chances de ser adotado ter um padrinho que o visite, leve para passeios de férias e acompanhe seus estudos

Apadrinhamento afetivo é alternativa à adoção

UMA AÇÃO ALTERNATIVA para beneficiar crianças abrigadas que têm chance de adoção remota ou famílias em situação de risco é o apadrinhamento afetivo. No lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas de Adoção e da Convivência Familiar e Comunitária, em 13 de junho, foi destacado esse modelo de ação, criado em algumas varas de Infância do país e muitas vezes mantido em parceria com grupos de apoio à adoção e o Ministério Público.

O apadrinhamento afetivo é direcionado a crianças maiores de 5 anos (ou de 7 em algumas instituições), com irmãos ou que tenham algum tipo de deficiência. Outro alvo são crianças retiradas de famílias em situação de risco e que aguardam no abrigo a decisão

da Justiça. Muitas não recebem a visita de nenhum familiar.

As regras do apadrinhamento afetivo variam conforme a vara de Infância e instituições que as aplicam, mas a ideia básica é proporcionar à criança uma referência afetiva fora do abrigo em que vive. O padrinho ou madrinha é alguém que se compromete a visitar e passar os fins de semana, feriados e férias com a criança, além de acompanhar seus estudos, ir a festas escolares importantes e apoiar seus projetos de vida.

A disponibilidade afetiva do padrinho é avaliada em entrevistas com equipes de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Há também a possibilidade de visitas domiciliares. Podem ser candidatos pessoas maiores de 18 anos, mas algumas instituições exi-

gem diferença de 16 anos entre a criança e o padrinho ou madrinha. Outra exigência que pode surgir para o candidato é a de não estar cadastrado no Juizado da Infância e da Juventude para adoção.

O Núcleo de Apadrinhamento Estrela Guia (Naeg), da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Pernambuco, por exemplo, ressalta que o apadrinhamento não é guarda ou tutela, mas nada impede que se transforme em adoção se os padrinhos desejarem. O Naeg também trabalha com o apadrinhamento financeiro, que visa custear cursos profissionalizantes, estágios, escola ou reforço escolar e atividades esportivas, entre outras. Pode ser feito por pessoas ou instituições apadrinhando crianças e adolescentes ou abrigos.

Senadores defendem avanços na legislação

Foi dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ) a iniciativa do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas de Adoção e da Convivência Familiar e Comunitária, também encabeçada pelos deputados Gabriel Chilita (PMDB-SP), Alessandro Molon (PT-RJ) e Reguffe (PDT-DF).

Segundo Aécio, a intenção da frente é chamar a atenção da sociedade para a situação das mais de 30 mil crianças que hoje vivem em abrigos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

— Hoje, somente 4 mil crianças estão em condições de serem adotadas. É preciso que haja avanços legislativos para complementar a Lei de Adoção, aprovada em 2009, e diminuir a burocracia que impede que sejam desfeitos os vínculos familiares de tantas crianças, permitindo assim a adoção — disse Aécio.

Lindbergh afirmou ser importante mobilizar a sociedade para a adoção de crianças maiores de 5 anos e apontou a realização de campanhas publicitárias com esse enfoque como uma iniciativa a ser perseguida.

O senador abordou a questão da licença-maternidade para pais adotivos.

— Pode ser que uma criança de 10 anos que acaba de ser adotada e precisa se adaptar à nova família precise tanto de atenção como um bebê. Por isso, é importante rever a licença-maternidade para pais adotivos, que hoje vai diminuindo de acordo com a idade da criança adotada — observou.

Convidado para dar maior visibilidade ao tema junto à sociedade, o padre Fábio de Melo disse que a mobilização no Congresso é essencial para provocar uma mudança na legislação e uma reflexão naqueles que pensam em adotar.

Melhor atuação da Justiça e mudança de mentalidade

A procuradora Sandra Lia Simón, do Conselho Nacional do Ministério Público, disse que é importante melhorar a atuação do MP nos processos de adoção, mas ressaltou que menos exigências dos pais para adotar tornariam o processo mais rápido.

O juiz Nicolau Lupianhes Neto, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmou que muitas demoras em processos de adoção ocorrem porque o perfil quase sempre exigido para as crianças é de meninas recém-nascidas, brancas e sem irmãos.

— São necessárias ações pedagógicas para mudar esse perfil. Outro aspecto importante são as condições de trabalho dos juizes de Infância, cujas varas nem sempre têm funcionários especializados e suficientes para dar seguimento aos processos de adoção — afirmou.

Bárbara Toledo, presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, diz que “crianças maiores de cinco anos ou com deficiência são adoções necessárias”.

— Hoje somente 20% dos cadastrados para adotar estão interessados em crianças maiores de três anos — acrescentou.

Serviço público acolhe mãe que optar por não criar o filho

No lançamento da frente parlamentar, o juiz Fabiano Moura, coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba, chamou a atenção para a situação de mães que querem dar seus filhos para adoção.

— Muitas mulheres desesperadas que abandonam crianças em lixeiras ou nas ruas precisam saber que é totalmente legal procurar os serviços públicos para manifestar o interesse de entregar seus filhos para adoção — disse o juiz.

Bárbara Toledo, presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), destacou o trabalho promovido pelas entidades associadas para que a criança não seja considerada como propriedade da família biológica.

No Brasil, pelo artigo 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível colocar uma criança para

adoção logo após o parto sem incorrer em crime nem em qualquer outro tipo de responsabilidade civil ou criminal.

A Câmara dos Deputados discutiu, com o PL 3.220/08, a possibilidade de essa entrega poder ser feita aos profissionais da saúde, no ambiente hospitalar, e com anonimato da mãe, para permitir à mulher que não queira ser identificada assistência médica, social e psicológica no pré-natal, durante e após o parto.

No entanto, os debates demonstraram que o “parto anônimo” esbarra em problemas como a entrega da criança ocorrer sem assistência do sistema de proteção do Conselho Tutelar, e no fato de que conhecer a origem biológica pode ser importante para a pessoa em casos de doenças genéticas e até para evitar casamentos de caráter incestuoso.

Saiba mais

Núcleo de Apadrinhamento Estrela Guia (Naeg)

Rua Dr. João Fernandes Vieira, 405 – Centro Integrado da Criança e do Adolescente – Boa Vista, Recife (PE) – CEP 50050-200 – (81) 3181-5900

Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad)

Av. Roberto Silveira, 123, sala 4 – Icarai, Niterói (RJ) – CEP 24230-150 – (21) 2613-2042 e 2622-6968 www.angaad.org.br

Instituto Amigos de Lucas

Rua Moura Azevedo, 448, cj. 13 – São Geraldo, Porto Alegre (RS) – CEP 90230-150 – (51) 3222-3878 e 0800-5419026 www.amigosdelucas.org.br

Projeto Aconchego – grupo de apoio à adoção e ao apadrinhamento afetivo

CLN 106 Bloco A, loja 38 – Brasília (DF) – CEP 70742-510 – (61) 8473-6363 www.projetoaconchego.org.br



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

